

## *Cidades históricas da Chapada Diamantina: patrimônio baiano ou mineiro?*

Carolino Marcelo de Sousa Brito<sup>1</sup>

Recebido em agosto de 2013;  
Aprovado em setembro de 2013.

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo compreender como o patrimônio foi um importante vetor no processo de reconhecimento do passado minerador da Chapada Diamantina, Bahia, na década de 1970. A referida região, que estava em decadência social e econômica desde o declínio da atividade mineradora no final do século XIX, passa a ter dizibilidade e visibilidade por meio do patrimônio histórico quando teve seus sítios urbanos comparados aos consagrados sítios urbanos mineiros por estudos realizados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Este processo levou ao tombamento dos primeiros sítios urbanos da região – datados dos ciclos do ouro e diamante – pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre 1973 e 1980.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; Chapada Diamantina; política baiana.

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo comprender como el patrimonio fué uno vector importante en el reconocimiento del pasado minero de la Chapada Diamantina, Bahía proceso que sucedió en la década de 1970. Esa región, que estaba en decadencia social y económica desde el termino de la actividad minera a finales del siglo XIX, y alcanzó dizibilidade y visibilidad por medio del patrimonio histórico, cuando tuvieron sus sitios urbanos comparados con los sítios urbanos de Minas Gerais por los estudios realizados por el Instituto Patrimonio Cultural y Artístico de Bahía (IPAC). Este processo llevó a la preservación de los primeros sitios urbanos de la región – originarios de los Ciclos de oro y diamantes – por el Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN) entre 1973 y 1980.

---

<sup>1</sup> Graduado em História (UNA), Mestre em História (UFRN) e Doutorando em Conservação e Restauro pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bolsista FAPESB. Este presente artigo é resultado parcial do estudo que vem sendo desenvolvido no doutorado, sobre a preservação dos sítios urbanos da Chapada Diamantina. Vale lembrar que muitas questões carecem de uma pesquisa sistemática, especialmente, a participação de políticos e intelectuais nordestinos na política patrimonial brasileira, durante anos de Regime Militar.

**Palabras clave:** patrimonio cultural; Chapada Diamantina; la política del Bahia.

## INTRODUÇÃO

Em outubro de 1971 – período do Governo Militar – tem início em Salvador, Bahia, o II Encontro dos Governadores realizado pelo IPHAN. Nesse período a política patrimonial atravessava processos importantes de mudanças, dentre os quais destacamos: o deslocamento dos tombamentos de sítios urbanos de Minas Gerais para outros estados brasileiros. Contudo, este acontecimento político na Bahia não se traduz em um evento isolado, este estava inserido nos desdobramentos políticos que estavam em curso no Brasil nos anos do Regime Militar. Renné Remond (RÉMOND, 2003) observou que eventos políticos articulam o instantâneo ao extremamente lento, o contínuo ao descontínuo e, que um recorte temporal de média duração na esfera política, como na longevidade de regimes, é uma temporalidade privilegiada para se compreender rupturas sociais e culturais, visto que por meio de um novo grupo político surgem novas perspectivas e anseios. Destarte, “o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social” (RÉMOND, 2003, p. 35-36).

No II Encontro dos Governadores, emerge um discurso patrimonial que pleiteava o tombamento de Lençóis como monumento nacional, a reconhecendo como herança nos oitocentos da cultura e tradição mineira no sertão da Bahia. Esta reivindicação política local incidiu concomitantemente ao do governo baiano, que iniciava uma corrida pela preservação de demais sítios urbanos do estado, através do IPAC. Nos anos seguintes, iniciasse o processo de tombamento – no IPHAN – dos demais sítios urbanos da Chapada Diamantina, Rio de Contas e Mucugê. Nesse sentido, encontramos nessas narrativas os responsáveis por produzir sentido de passado a essas cidades, materializando-as como históricas. Funari e Carvalho consideram que a eleição do patrimônio “é compreendida como escolha política, voltada à construção de determinados projetos identitários” (FUNARI; CARVALHO, 2008, p. 9).

Ulpiano Meneses observou que a cultura material “são fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto, precisamente, objetos históricos” (MENESES, 1994, p.21). Tomamos essa premissa para compreender o processo de valoração que ocorreu durante a década de 1970, dos sítios urbanos de Lençóis, Mucugê e Rio de Contas, partindo do momento em que se inicia a mudança do olhar sobre essas

idades. Ou seja, em que momento suas imagens passaram a transmitir um sentido de passado histórico e foram reconhecidos conseqüentemente como patrimônio nacional, sendo reconhecidas como cidades históricas.

Toda paisagem natural, para Simon Schama, é cultural, uma vez que é uma obra da percepção humana, construída historicamente pelo olhar humano, pois “a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia” (SCHAMA, 1996, p. 17). Logo, compreendemos que assim como a paisagem regional, a Chapada Diamantina teve suas imagens e fronteiras construídas historicamente pela cultura humana, por meio dos enunciados que a descreveram, que a conceituaram. Nesse sentido, em concordância com Durval Muniz de Albuquerque Jr (ALBUQUERQUE JR, 1999; 2008), ao nos debruçarmos sobre uma dada região, deve-se desnaturalizar e desconstruir sua imagem.

A região não é um espaço a-histórico e natural, e sim um espaço historicamente criado e reelaborado ao longo do tempo, um “objeto em permanente construção e desconstrução, em constante movimento, embora seja uma característica dos discursos e das práticas regionalistas a busca da cristalização, da imobilização de uma dada forma, de uma dada significação ou definição para o regional” (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 63). Nessa perspectiva, cabe ao historiador questionar estes discursos e práticas, pois, ao se fazer uma história regional deve-se analisar “permanentemente o próprio papel desempenhado pela historiografia, pelo seu discurso, por suas práticas, na reafirmação de uma dada identidade regional” (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 66). Estes discursos e práticas envolvem, sobretudo, projetos políticos que encontraram no passado da Chapada Diamantina – mas precisamente, nos vestígios do passado – os elementos responsáveis por produzir visibilidade à região.

Alain Bourdin nos lembra que o patrimônio é resultado de uma produção “científica, quando procede do trabalho dos peritos, dos colecionadores ou dos ‘cientistas’ propriamente ditos (historiadores e arqueólogos, etnólogos, sobretudo museólogos)”, ou *política* “quando resulta de uma vontade de construção de um patrimônio, para que este exprima diretamente o interesse de um grupo, uma ideologia ou uma reivindicação geopolítica” (BOURDIN, 2001, p. 119). Seguindo tal premissa, tomamos os discursos do patrimônio sob esse horizonte – como uma prática social, na qual estes enunciados, esta escrita sobre o passado está marcada por um lugar de produção, investida de intencionalidade, tal como elaborada por Michel de Certeau (CERTEU, 2010).

Nesse interim, encontramos uma convergência entre o discurso patrimonial do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC) e, intelectuais de pleitearam o tombamento

de Lençóis no II Encontro dos Governadores. Visto que, ambos os discursos encontram a origem de Lençóis e demais cidades erigidas no ciclo da mineração do ouro e, notadamente, no ciclo do diamante, uma continuidade de Minas Gerais nos oitocentos. E assim, compreender, a que passado se voltaram os responsáveis pela construção do sentido do patrimônio na Chapada Diamantina. Uma vez que essas narrativas se orientam a supostamente unir membros de uma sociedade ao redor de uma história comum, mesmo se essas configurações narrativas dizem mais sobre a maneira pela qual o poder se coloca em cena e seus valores do que propriamente sobre a memória coletiva sobre a qual supostamente se apoiaria (MICHEL, 2010, p. 14).

#### A CHAPADA DIAMANTINA POR MEIO DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL

Compete aqui, fazer considerações sobre a historiografia regional, pois estes autores foram utilizados pelo IPAC para contextualizar a formação econômica e sociocultural dos sítios urbanos que estavam em processo de preservação.

Os primeiros relatos sobre a “região” da Chapada Diamantina aparecem ainda na segunda metade do século XIX, através das descrições feitas por Theodoro Sampaio e membros do Instituto Histórico da Bahia (IGHB).

Embora o ciclo diamantino tenha sido efêmero, a atividade mineradora terá grande destaque dentro do IGHB no fim dos Oitocentos, em consequência dos interesses do governo provincial em retomar a produção das riquezas nas décadas de exploração do diamante. Nesse sentido, as explorações científicas e os estudos socioeconômicos sobre a região têm o intuito de melhorar as tecnologias empregadas na atividade da mineração do diamante (PINA, 2000).

Entre os principais autores que escreveram sobre a “região” estava o engenheiro baiano Theodoro Sampaio. Assim como ele, alguns estudos geográficos e geológicos se dedicaram, ainda no século XIX, a oferecer relatos da geografia de todo o território nacional. No seu livro *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, resultado de uma viagem feita à região entre 1878 e 1880, ele apresenta uma das primeiras descrições sobre aquele espaço. A viagem por ele realizada tinha a intenção de produzir conhecimentos que pudessem levar o desenvolvimento para o interior do Brasil, como destaca o próprio autor abaixo:

Em 1878-1880, o país atravessava uma crise prolongada, devida à seca dos sertões do Nordeste, eurgia socorrer aos flagelados e nenhum remédio se deparava então mais adequado às circunstâncias do que empreender grandes

obras que moralizam, estimulam, suavizam, o viver das populações que o flagelo desequilibrou. O governo voltou as suas vistas para o Rio São Francisco, que, como uma “terra de promessa”, servia então de refúgio às multidões deslocadas do Nordeste. Fizeram-se estradas de ferro para ligar o baixo do alto São Francisco; empreenderam-se estudos para promover a navegação interior em grande escala. (...) A região diamantina, boa parte dela dentro da bacia do São Francisco, vai aqui tratada como um acessório. A riqueza latente que ela encerra basta para lhe garantir a atenção dos estudiosos e dos homens de iniciativa; creio que de mais não precisa. (SAMPAIO, 2002, p. 53).

Para Josildete Gomes (GOMES, 1952), Sampaio teve um papel decisivo no processo de delimitação regional da Chapada Diamantina. Como podemos perceber na intenção da obra, o Rio São Francisco foi o principal objetivo de sua viagem de estudos geográficos e geológicos. Entretanto, a Chapada Diamantina figurou na segunda etapa de sua obra, embora não menos importante, já que todos os autores que pesquisaram a Chapada Diamantina, posteriormente, recorreram a sua obra.

Para Sampaio não era possível limitar a área diamantina na Bahia “pelos limites do que se chama comumente de *chapada*” (SAMPAIO, 2002, p. 244). Todavia destaca que “se, porém, quisermos determinar com mais precisão a zona diamantífera, no interior da Bahia, teríamos de destacar, entre os onze graus e os catorze graus de latitude sul” (SAMPAIO, 2002, p. 245). Nesse sentido, a definição geográfica realizada por Sampaio delimita que as vilas diamantinas se localizam no centro da Chapada Diamantina e sobre a geografia da região Sampaio descreveu:

O aspecto da zona diamantina é o de uma região alta, com largos trechos planos nos intervalos se serranias ásperas, abundantemente irrigados na metade sul. Os rios e ribeiros são ai numerosos, e os que são propriamente diamantinos trazem em suas águas escuras, ou amarelo-topázio, quando tomadas em pouca quantidade. (SAMPAIO, 2002, p. 249).

Após fazer uma detalhada apresentação dos rios e serras da região, Sampaio parte para as riquezas mineralógicas. É possível perceber que desde o primeiro momento das suas descrições, compreendia que alguns rios e serras, onde se encontravam os diamantes, se diferenciavam dos demais por algumas características específicas. Destaca também que, em diversas regiões do Brasil nas quais se encontraram as aluviões de diamante, aconteceram também descobertas de aluviões de ouro, sendo a Chapada Diamantina exemplo desse tipo de região.

Pelo olhar do narrador desse desconhecido interior do Brasil, a Chapada Diamantina é descrita como uma paisagem “pitoresca” e, devido a sua altitude, possuidora de um “clima

delicioso” em pleno sertão baiano, sendo possível presenciar noites frias e encontrar frutas típicas do clima europeu. Sobre a paisagem de vales e serras rochosas “se formam cenário de curiosas figuras em forma de torres, pilares, cascas de ovos gigantescos ou tetos arruinados, além de numerosas cavernas e semidouros” (SAMPAIO, 2002, p. 37). Sampaio vê nos bandeirantes paulistas os precursores das descobertas do ouro na Bahia. Portanto, em suas descrições não é possível perceber qualquer menção sobre a relação geográfica ou geológica da cordilheira da Chapada Diamantina com as cordilheiras das Minas Gerais, tampouco menciona a origem social e cultural da região com a província mineira.

Outros trabalhos, no entanto, como o do geólogo Orville Derby, identificaram que havia uma continuidade geográfica e geológica entre a Chapada Diamantina e o Grão Mol, existente em Minas Gerais. Para o autor, a Cordilheira se estende do centro-sul do Brasil até o norte da Bahia. Assim, o descreveu em seu artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro em 1869:

uma cordilheira, compondo-se de quatro serranias, apresentando aspectos variados, terrenos diversos, ora elevações e ora valles diversamente extensos e configurados, climas e produções diferentes, parte do sul, e limitando a província de São Paulo da de Minas Gerais segue pelo interior da Bahia, e dividindo as aguas que correm para o rio de S. Francisco das que se encaminham para o Rio de Contas e Paraguassú, vae entrar n'aquelle e formar a grande cachoeira de Paulo Affonso. Aquella cordilheira tem em cada província por onde passa denominações differentes: em Minas tem o nome de Grão Mol, Branca e Almas, e n'esta província denominada Cincurá e Chapada. (DERBY Apud CATHARINO, 1986, p.14).

Seguindo uma perspectiva semelhante, Henrique Prager constatou que “a formação dos terrenos diamantíferos do centro da Bahia é totalmente igual e idêntico à dos de Minas Gerais” (CATHARINO, 1986, p. 25). E sobre a Chapada Diamantina afirma que “esta cordilheira é a continuação da Serra do Espinhaço, de Minas Gerais; segue para o interior do Estado da Bahia, e divide as águas que correm para o Rio São Francisco”. Todos esses trabalhos seriam analisados por José Catharino, que concluiu que havia uma unanimidade entre os estudiosos do período sobre essa questão (CATHARINO, 1986, 26).

Grande parte desses estudos recebeu incentivo do próprio governo baiano, que desde o século XIX, por meio da Revista do IGHB já produziam imagens sobre esse “espaço regional”, demarcando suas diferenças geográficas das demais regiões do estado, devido sua própria ocupação em função da atividade mineradora.

Theodoro Sampaio, em sua viagem pela Chapada Diamantina, ao se aproximar das vilas diamantinas – vilas que surgiram em razão da extração do diamante, como Santa Isabel do Paraguassú (Mucugê), Xique-xique (Vila do Igatu), Vila Comercial dos Lençóis (Lençóis), Andarahy (Andaraí) e Palmeiras – ressalta que ali se inicia a “Chapada propriamente dita”. Como podemos destacar abaixo:

Da fazenda do Gado, que é um povoado próspero, segue a estrada geral para Sincorá a leste e daí para Cachoeira, descendo pelo vale do Paraguaçu. Mas, como o nosso intuito era visitar a Chapada Diamantina, propriamente dita, deixamos essa estrada que até aí tínhamos trilhado e enveredamos para o norte, em direção a Santa Isabel, antigo arraial do Mucujê, que foi outrora o centro principal das lavras de diamante. (SAMPAIO, 2002, p. 237).

Outros autores denominaram posteriormente as vilas diamantinas como “Lavras Diamantinas”. No entanto, Sampaio ao passar pela Chapada Diamantina, se restringe a visitar Santa Isabel do Paraguassú e vilas onde ainda se realizava a extração do diamante, como Xiquexique. Apesar de a cidade de Lençóis e a vila de Andarahy não fazerem parte de sua trajetória, Theodoro Sampaio procurou discorrer sobre ambas, pois se tratava de uma mesma formação histórica.

Gonçalo de Athayde Pereira – membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia IGHBa – se dedicou a publicar livros de memória sobre as vilas diamantinas e em seus textos publicados na revista do mesmo instituto estadual restringe as “Lavras Diamantinas” “a Lençóis, Andarahy, Mucugê e Palmeira”. Durval Aguiar em seu livro *Descrições práticas da Província da Bahia* teve como intuito promover a antiga província para o fluxo de imigrantes no fim do século XIX. Para tanto, percorre diversas regiões baianas, entre elas as “Lavras”, enfatizando que “vulgarmente chamam Lavras diamantinas a uma cordilheira de serras com cerca de 16 léguas de extensão de N a S, desde Santa Isabel até a Estiva, passando por Andaraí, Xiquexique (não a vila) e Lençóis” (AGUIAR, 1979, p. 141).

Para uma nova historiografia, de estudos após a década de 1950, as famílias baianas do Recôncavo e mineiras do Grão-Mongol seriam os principais grupos povoadores da região, embora este último mereça destaque, compreendendo que a atividade diamantina induziu a migração dessas famílias vindas principalmente de Tejuco, devido à continuação nas lavras das atividades comerciais e mineradoras já existentes no antigo arraial da província das Minas Gerais.

Como era de se prever, não tardou que centenas, milhares de pessoas se abalassem para as novas minas. À maioria daqueles mesmos aventureiros, parentes e aderentes que desceram do Tijuco e do Grão-Mogol há dez ou doze anos passados, juntavam-se, agora, outros tantos das mais diversas procedências, na pracata, no lombo de burros, nos carros-de-bois gementes, de todo jeito, enfim – com os mesmos utensílios e instrumentos de trabalho. (MORAES, 1973, p. 13).

Segundo Dora Rosa, “vieram os Matos da região do Tijuco, na primeira metade do século XIX” (ROSA, 1972, p. 45). E encontra a origem dessa importante família de coronéis da Chapada Diamantina na região diamantina mineira, antes mesmo das descobertas dos diamantes em Santa Isabel do Paraguassú, “na região da Chapada Velha que os Matos fixaram-se”. Essa autora como Walfrido Moraes, se dedica em pesquisar sobre o coronelismo na Chapada Diamantina. Rosa destaca que a “Chapada Diamantina passa a recorta-se em municípios e distritos, não em divisão meramente Geográfica, mas das áreas de poder e zonas de influência estabelecidas entre os coronéis” (ROSA, 1972, p. 33).

Walfrido Moraes em *Jagunços e heróis* encontra, na região da Chapada Diamantina, um avanço das atividades mineradoras de Minas Gerais para a província da Bahia. Deste modo, esse grupo vindo da Província das Minas Gerais, foi o grande responsável pelo povoamento da região das Lavras baianas, descrevendo as diversas correntes migratórias que aconteceram para o norte. Segundo Moraes “a corrida de aventureiros sobre o Tijuco (...) iria mais adiante, como ocorrera, pouco antes, na busca do ouro. Avançaria para o norte e nordeste da Província, quer pelas cristas das serras, quer pelo vale úmido do Jequitinhonha” (MORAES, 1972, p. 7). O processo de deslocamento desses grupos “alcançaria o Grão-Mol e, daí, ganhando a Serra do Espinhaço ou o vale do São Francisco penetraria na Chapada Diamantina” (MORAES, 1972, p. 7).

Assim como os autores já mencionados, Walfredo Moraes (1972) também encontra a Chapada Diamantina como uma continuidade geográfica, originária de uma extensa cordilheira que atravessava o interior do Brasil. Como podemos analisar abaixo:

(...) prolongamento que é da Mantiqueira – constituída uma mesma unidade geológica em decorrência de suas origens e, conseqüentemente, uma mesma unidade orográfica, por parte do sistema geral do Maciço Atlântico – a Chapada Diamantina estaria fadada, pois, a humanizar-se em função das mesmas atividades mineiras que determinaram o povoamento do planalto central brasileiro (MORAES, 1972, p. 8).

Ronaldo Senna, antropólogo que se dedicou a estudar sobre a prática do jarê na Chapada Diamantina – uma vertente menos ortodoxa do candomblé, variante do “candomblé de caboclo” – apesar de não ter como intuito em seu trabalho discutir o espaço regional, acaba por fazê-lo, mesmo que de modo superficial. Para Senna, a região se diferencia das demais na Bahia devido a sua origem histórica vinculada a extração do diamante, “no que se refere aos costumes, tradições, visões de mundo e atitudes frente à vida (...), podemos caracterizar, portanto, a Chapada Diamantina, como a formação histórica de um hiato cultural” (SENNA, 2002, p. 75). Embora o autor evidencie as influências culturais com as demais regiões, acaba homogeneizando a Chapada Diamantina por meio da formação histórica das Lavras Diamantinas, “queremos com isso dizer que a cultura econômica da Chapada Diamantina diferia das regiões que a cercavam por uma determinada exclusividade: a cultura das pedras preciosas, basicamente o diamante” (SENNA, 1980, p. 75).

Assim como Walfrido Moraes (1972) e Dora Leal (1951), ele encontra nas famílias que migraram das Minas Gerais e do recôncavo baiano no século XIX, os dois principais grupos na formação sociocultural da região.

A sociedade nas Lavras é resultante de um grande amálgama de brasileiros vindos das mais diversas partes do Território Nacional, principalmente de Minas Gerais, oriundos da região do Grão Mongol, daquele estado e da zona do Recôncavo do Estado da Bahia. Senna apud Pina (SENNA, 2002, p.5).

Alguns estudos foram realizados nos últimos anos sobre o povoamento do Alto Sertão da Bahia no século XVIII, o que atualmente compreende a Chapada Diamantina. Kátia Almeida pesquisou sobre escravidão em Rio de Contas e Isnara Ivo se debruçou sobre as relações estabelecidas – por meio de homens dos caminhos<sup>2</sup> – entre o Sertão da Ressaca (fronteira com o norte da Capitania de Minas Gerais) e o Alto Sertão da Bahia (Vila de Rio de Contas).

Segundo Kátia Almeida (2012) e Isnara Ivo (2009), no século XVIII, a Vila do Rio de Contas:

Alongava-se por todo o vale do rio das Contas alcançando o litoral, já que era formado por localidades denominadas, hoje, Chapada Diamantina, Serra Geral, Planalto da Conquista, além de parte dos vales dos rios Jequiriçá e

---

<sup>2</sup> A autora delinea que, homens de caminho “eram todos aqueles envolvidos com as atividades econômicas dos sertões e foram assim denominados pelas autoridades quando se referiam a contratadores, administradores de passagens, comboieiros, viandantes, passadores e transeuntes que circulavam pelos caminhos de terras e de águas (IVO, 2009, p. 17).

Paraguaçu e o norte de Minas Gerais, especialmente entre os rios Jequitinhonha e São Francisco (IVO, 2009, p.161).

Para Almeida (2012), neste vasto território parcamente povoado, se encontravam diversos povoados e dois quilombos, sendo um deles Andaraí. Nessa perspectiva, descreve que os bandeirantes foram os primeiros desbravadores da extração de ouro nos setecentos, com a chegada de Sebastião Raposo ao Alto Sertão da Bahia. Identificando que o ciclo de mineração do ouro na região ocorreu como em outras regiões no Brasil, no que tange a atuação dos bandeirantes paulistas.

Já Isnara Ivo, caracteriza as regiões fronteiriças entre as Capitânicas das Minas Gerais e Bahia, como um espaço de importante relação comercial, social e cultural, demonstrando ainda, a existência de uma “conexão cultural do sertão com o resto do mundo” (IVO, 2009, p. 16). A historiadora também expõe os conflitos sobre o controle dessa região fronteiriça, entre as Capitânicas de Minas Gerais e Bahia, mais precisamente entre as comarcas do Serro do Frio (Minas) e de Jacobina (Bahia), que muito distantes entre si, outorgavam a tutela administrativa daqueles sertões.

O relato sobre a descoberta dos diamantes em Santa Isabel do Paraguassú (atual Mucugê), que ocorreu em meados dos oitocentos, menciona o Coronel Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado como o proprietário daquelas vastas terras – que era dedicada a atividade da criação de gado (Pina, 2000, Leal, 1978; Sampaio, 2010). Segundo Maria Pina (2000) – que pesquisou sobre escravos libertos em Santa Isabel do Paraguassú no século XIX – as descobertas das lavras e o conseqüente surgimento da Vila de Santa Isabel contribuiu para o domínio político das famílias tradicionais já existentes naquela região, que se dedicavam a criação de gado vacum, especialmente a família Medrado<sup>3</sup>.

Como conseqüência, essa nova historiografia que surge posterior à década de 1950, reconhece a formação social da região pelo pluralismo cultural, através da influência de diversos grupos que ali chegaram, em razão das atividades econômicas da criação de gado vacum, extração de ouro e diamante. Portanto, não compreendemos a Chapada Diamantina como uma continuidade cultural mineira no sertão baiano, e sim, como um espaço de fronteira

---

<sup>3</sup> A família Medrado é apontada por PINA (2000) como detentora de uma centena de escravos nos oitocentos, estes já possuíam grande parte dos escravos antes mesmo das descobertas das lavras diamantinas. E ao se elevar Santa Isabel à vila, os Medrado, ocuparam os cargos políticos, dando continuidade ao poder já existente.

cultural entre terras baianas e Mineiras desde os setecentos, na qual o hibridismo cultural sempre fez parte do processo histórico desse espaço<sup>4</sup>.

## A LEITURA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CHAPADA DIAMANTINA

Tomamos aqui a nação, a nacionalidade e o nacionalismo como artefatos ou produtos culturais que devem ser analisados em uma perspectiva histórica. Tais conceitos vêm sofrendo, desde o momento do surgimento – ganhando legitimidade desde então –, mudanças nos seus significados. Segundo Anderson (2008), os referidos produtos culturais surgiram no fim do século XVIII de forma espontânea, mas acabou por se transformar em um modelo hegemônico de organização e controle social. Da mesma maneira, esse modelo político do estado-nação e ideológico do nacionalismo se dissemina pelo mundo frente ao próprio processo de colonização em que as nações europeias exerceram, seja por um controle político ou cultural.

Assim, conforme assinalou Nestor Canclini: “aquilo que se entende por cultura nacional muda de acordo com as épocas. Isto demonstra que, mesmo existindo suportes concretos e contínuos do que se concebe como nação (o território, a população e seus costumes etc.), (...) é uma construção imaginária” (CANCLINI, 1994, p. 98).

Nas primeiras décadas de atuação a política patrimonial brasileira elegeu as cidades coloniais de Minas Gerais e o barroco mineiro como símbolo totêmico da arte e arquitetura nacional (GONÇALVES, 2002; 1998, MOTTA, 2002). De acordo com Helena Maria Bomeny Garchet (GARCHET, 1994), o discurso da “mineiridade” teve um lugar central na política de preservação no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Segundo a autora, o grupo dos modernistas mineiros protagonizou a fundação do SPHAN, uma vez que o órgão estava ligado ao Ministério de Educação, tendo a frente o também mineiro Gustavo Capanema (GARCHET, 1994). A importância de Capanema junto aos intelectuais modernistas foi tanta a ponto de o grupo que se formou em torno dele ser denominado de “constelação Capanema”. A aproximação do político, com os intelectuais da Rua da Bahia, em Belo Horizonte, ocorreu em princípio do século XX, resultando na participação intensa dos mineiros na política cultural nacional no Estado Novo.

---

<sup>4</sup> Hibridismo para Nestor Garcia Canclini (1997) é o processo de contrato entre povos, que não produz apenas uma mistura biológica (miscigenação), mas antes de tudo cultural (hibridação).

Assim, a própria seleção do patrimônio nacional seria marcada pela clivagem do regionalismo mineiro. O que segundo o antropólogo José Reginaldo S. Gonçalves podia ser identificado pelo número expressivo de tombamentos em Minas Gerais nas primeiras décadas de atuação do SPHAN, na gestão de Rodrigo Franco Mello de Andrade.

Na narrativa de Rodrigo, o “patrimônio histórico e artístico” deveria representar a nação como um todo e suas diferentes regiões. O patrimônio é concebido como “nacional” e nenhuma ênfase é colocada explicitamente sobre quaisquer das regiões que compõe o país. No entanto, a vasta maioria dos monumentos tombados como patrimônio nacional pelo SPHAN de 1937 a 1938 está situada no Estado de Minas Gerais. (...) De acordo com um relatório do Sphan/Pró-Memória de 1982, 70% do patrimônio cultural brasileiro (monumentos e obra de arte) estavam situados em Minas Gerais (Pró-Memória, 1982). Rodrigo justificou essa concentração argumentando que, no século XVIII, mais que em qualquer outra região do país, um número superior de monumentos e obras de arte “com afeição mais expressiva” foi produzido em Minas Gerais (GONÇALVES, 2002, p. 69).

A Bahia foi um dos estados precursores na discussão sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico no início do século XX. Em 1927 a Lei 2.032, de 8 de agosto de 1927 é instituída pelo governador Francisco Marques de Góes Calmon, para a preservação do patrimônio do estado da Bahia (RUBINO, 1991). Ao dissertar sobre as ações estaduais nas primeiras décadas do século XX, Rubino (1991) pontuou a atuação do governo baiano em 1927, no qual, a iniciativa de legislar a preservação do acervo histórico existente em suas fronteiras criou uma inspetoria estadual de monumentos nacionais. O decreto definia patrimônio por meio de exemplos como:

Compreende-se por monumento nacional não só as obras coloniais que foram inventariadas como de algum interesse e notável significação histórica, existentes no município da Capital, Santo Amaro, Cachoeira, Vila São Francisco, Nazaré, Jacobina, Minas do Rio da Conta, Maragogipe e Itaparica, como também as pertencentes ou sob a guarda dos arcebispos da Bahia” (RUBINO, 1991, p. 47).

Contudo, ações como a do governo da Bahia não logrou resultados expressivos no que tange a preservação do patrimônio nacional no estado, pois segundo Rubino, recorrendo à escrita de Rodrigo, a lei baiana “foi quase inoperante onde pretendia a proteção a monumentos nacionais localizados em território baiano, pois muitas de suas disposições do regulamento estadual eram inconstitucionais” (RUBINO, 1991, p. 47).

Será na década de 1970, em outro cenário nacional da política cultural, que a Bahia alcançará uma maior projeção para a preservação do seu patrimônio cultural. Podemos compreender a política seletiva do patrimônio como uma ação intencional de produção da memória, e em razão dessa premissa, as disputas por essa produção tem continuidade décadas após a predominância mineira no SPHAN. Conforme observou Pollack:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (POLLACK, 1992, p. 204).

Diferentemente das primeiras décadas do século XX, ocorreu na década de 1970 – no período da ditadura militar – uma importante mudança no que concerne a questão do nacionalismo na política patrimonial brasileira. Houve uma valorização das culturas regionais e seu conseqüente reconhecimento. Sobre essa modificação Maia afirma que “o Conselho Federal de Cultura <sup>5</sup>incorporou as características gerais do regionalismo nacionalista e observava na organização política do país os traços comprobatórios da identidade regional como marca da nacionalidade” (MAIA, 2008, p. 98). Nesse sentido, o regionalismo passou a ser considerado como importante vetor da integração nacional. Ainda como observou Maia:

Esse regionalismo nacionalista associado à valorização da mestiçagem permitia a construção de um discurso otimista sobre o Brasil e sua relação com as outras nações. O pluralismo que definia a sociedade brasileira não era excludente, ao contrário, visto do plano externo, irmanava as mais diferentes regiões do país, edificando a nação. (MAIA, 2008, p 351).

Dito isso, podemos apontar, ainda, uma mudança política nos altos escalões da República, quando a partir de 1969, diversos nomes oriundos das regiões mais empobrecidas

---

<sup>5</sup> Cabe lembrar que em 1971, compunha o Conselho Federal de cultura nomes como Adonias Filho, Afonso Arinos, Dom Marcos Barbosa, Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, Arthur Reis, Cassiano Ricardo, Raquel de Queiroz, Hélio Viana, Josué Montello, Manuel Diegues Junior, Pedro Calmon, Raymundo Faoro, Renato Soeiro (grifo nosso) dentre outros. Sendo assim, é possível apontar que a valorização das culturas regionais como integrantes a nação brasileira partiu de um grupo, composto de intelectuais de várias regiões brasileiras, muitos deles nordestinos (Maia, 2010).

do Brasil, assumem estes cargos. Entre os quais, Jarbas Passarinho, acriano, Ministro da Educação e Cultura, João Paulo Reis Veloso, piauiense, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral (Seplan), Renato Soeiro, paraense, diretor do IPHAN, José Montello, maranhense, presidente do CFC, que contava com demais nomes nordestinos como já apontamos (AZEVEDO, 2013). Vale lembrar que a preservação de sítios urbanos do Nordeste ainda era preterida pelo IPHAN, como a Bahia, que não possuía até 1970, nenhum sítio urbano tombado pelo órgão federal, mesmo possuindo importantes exemplares de cidades coloniais.

Outro aspecto do regime que alteraria o mapa do patrimônio nacional foi o projeto desenvolvimentista para o Brasil, no qual a cultura e turismo foram adotados como campos estratégicos para difusão e concretização dos projetos ideológicos e econômicos (PEREIRA, 2009). Já em 1966, foi criado o Conselho Federal de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), substituindo a Companhia Brasileira e Turismo (COMBRATUR). Nesse ínterim, o governo federal voltou-se para o reconhecimento e expansão do patrimônio nacional, compreendido enquanto mercadorias com potencial turístico, um recurso que visava promover essa atividade econômica em regiões carentes do país como o Nordeste (FONSECA, 1999).

Também foi nesse contexto que as chamadas “culturas regionais” foram valorizadas pela ditadura. Em 1970, no I Encontro de Governadores em Brasília, tiveram início as discussões e apresentações de medidas para a preservação do patrimônio artístico, arqueológico e natural de todo o país. O evento teria uma segunda edição um ano depois, em Salvador. Nas duas ocasiões, muitas reivindicações partiram dos estados pela preservação de seus respectivos patrimônios, uma vez que nas primeiras décadas, como já foi apresentado anteriormente, a política de preservação e de tombamento havia se concentrado em Minas Gerais. Desta maneira, diversas questões foram apresentadas nos encontros, entre elas o comprometimento dos estados para a criação de órgãos estaduais de proteção do patrimônio regional, descentralizando, desta forma, as ações de preservação do patrimônio.

Em meio a essas reivindicações para a preservação do patrimônio de diversos estados do país, um nome se destaca e protagoniza o encontro por seu discurso regionalista: o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães.

A trajetória política de ACM teve início antes mesmo do período militar, mas foi durante o Regime de 1964, que ele se projetou nacionalmente. Ainda em 1967, foi nomeado, pelo então governador da Bahia, Luis Viana Filho, para assumir o cargo de prefeito da capital.

Nesse período em que esteve à frente do executivo municipal foi homenageado pela Câmara dos Vereadores com o título de “Prefeito do Século”<sup>6</sup>.

No seu estado, ACM (conforme ficaria conhecido posteriormente em todo o país) tornou-se um dos grandes defensores do regime militar e que lhe proporcionou obter apoio do novo governo. Em 1971, foi eleito, de forma indireta, pelo presidente Emilio Garrastazu Médici, para assumir o Governo do Estado da Bahia, entre 1971 e 1975. Desse modo, segundo Carla Pereira (PEREIRA, 2007), a sua administração da prefeitura de Salvador proporcionou a Antônio Carlos Magalhães uma visibilidade nacional, sobretudo no partido governista do regime, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que defenderia sua indicação para o Governo do Estado da Bahia em 1971 (PEREIRA, 2007).

Diante do projeto desenvolvimentista do Brasil pelos militares, Antônio Carlos Magalhães conduz a Bahia em tal perspectiva, ocorrendo assim, grandes investimentos para o estado, sobretudo na área industrial, com a criação do Polo industrial de Aratú (PEREIRA, 2007). Assim como para o governo federal, a cultura foi outro setor na qual o governo baiano deveria proporcionar grandes avanços. Durante o II Encontro dos Governadores, seu governo apresentou um conjunto de investimentos nessa área para o estado.

Um dos temas que se tornariam recorrentes no discurso de ACM, no seu primeiro mandato, seria a defesa da Bahia, e neste caso do reconhecimento do passado baiano. É a partir da defesa do legado histórico baiano que, o político justificava a defesa dos interesses da Bahia como interesse histórico nacional. Para ele, a Bahia é o lugar de nascimento do país. Tal perspectiva seria expressa em seu discurso de abertura do II Encontro dos Governadores:

É uma honra para a Cidade do Salvador ter sido escolhida pelo Sr. Ministro da Educação para sede deste grande conclave. Se é verdade que o ambiente se presta e a riqueza do nosso patrimônio fez com que a Bahia se tornasse uma sede natural, também é verdade que a escolha por parte do Sr. Ministro da Educação impõe, a nós outros, compromissos mais solenes e os mais importantes, para que lutemos cada vez mais para preservar o patrimônio histórico que temos. Assim, meus amigos, a Bahia tem, como disse, um cenário muito próprio (Anais do II Encontro dos Governadores, 1971).

Desde o seu primeiro mandato, o governo carlista investiu no turismo para o desenvolvimento da Bahia, tendo esse setor no estado durante o período de 1971 a 1975 aumentado seis vezes sua capacidade hoteleira (PEREIRA, 2007, p. 67). No II Encontro dos

---

<sup>6</sup> Após ter exercido o cargo de prefeito de Salvador, nomeado em 1967, pelo então governado Luis Viana Filho, Antônio Carlos Magalhães recebeu da Câmara Municipal de Salvador o diploma de “Prefeito do Século” (PEREIRA, 2007).

Governadores, o turismo foi apresentado como uma importante atividade na reestruturação econômica e social dos estados nordestinos, encontrando no patrimônio cultural e natural um importante condutor para o estabelecimento dessa atividade econômica na região, o que será determinante para a expansão dos bens tombados. Como se pode ver abaixo nas decisões publicadas nos Anais do evento:

1 - Importância, para a economia nacional, de turismo interno e externo. 2 - O acervo de valor cultural e os monumentos naturais, como um dos fundamentos para o desenvolvimento de política nacional do turismo - o Turismo Cultural. 3 - A proteção e valorização do acervo de valor cultural e os monumentos naturais, com vista ao estímulo do turismo nacional e regional. 4 - A utilização condigna dos bens arquitetônicos, de interesse histórico e artístico, para fins ligados ao turismo e a atividades culturais. 5 - Inclusão, nos mapas e roteiros turísticos nacionais e regionais, das cidades tombadas e das que possuam acervos culturais notáveis, bem como dos parques nacionais e dos acervos paisagísticos e arqueológicos inscritos como monumentos. 6 - Inclusão, na programação e financiamento dos planos de desenvolvimento do turismo, dos meios necessários para a proteção e valorização dos acervos naturais e de valor cultural, dos museus, bibliotecas e arquivos regionais, que são pelo mesmo utilizados. 7 - A convocação dos agentes de turismo e da indústria hoteleira, para a divulgação e valorização dos bens naturais e os de valor cultural (Anais do II Encontro dos Governadores, 1971, p.23).

O IPAC, órgão estadual fundado em 1967, na Bahia, durante o governo de Luiz Viana Filho, através da Lei Nº 2.464, foi um dos pioneiros no que tange a preservação estadual no Brasil, juntamente com o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico). Marcia Santa'nna (1996) sublinhou que a criação do IPAC foi resultado das avaliações e recomendações feitas pela Unesco, quando o inspetor Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, esteve no Brasil em missão nos anos de 1966 e 1967. A autora ainda destaca, ao longo de seu texto, a importância do Programa Cidades Históricas (PCH) nas décadas de 1970 e 1980. O PCH foi criado para atender inicialmente as cidades do Nordeste do país, mas se estendeu anos depois para outras regiões brasileiras. Encontramos no PCH o responsável pelo financiamento da preservação de diversos sítios urbanos, dentre eles, os das cidades da Chapada Diamantina de Mucugê e Rio de Contas.

Nesse interim, em 1971, acontece aquela que seria a primeira conquista do governo de Antônio Carlos Magalhães no terreno da preservação de sítios urbanos no estado. O presidente Emilio Garrastazu Médici assina o Decreto Lei nº 68.045, de 13/01/1971, que

institui a cidade de Cachoeira, localizada no Recôncavo baiano, como Monumento Nacional, tal como havia ocorrido com Ouro Preto, Minas Gerais, décadas antes.

Durante seus dois mandatos como governador da Bahia (1971-1975 e 1979-1984), ACM exerceu grande influência no cenário da política nacional, junto ao governo dos militares e, por conseguinte, no IPHAN. Tal influência fica evidente pela quantidade de sítios urbanos baianos que foram inscritos no Livro de Tombos do Instituto: Entre os sítios urbanos tombados no seu primeiro governo estavam: Cachoeira, em 1971; Lençóis e Porto Seguro, ambas em 1973. No período de seu segundo mandato foram tombados em 1980, os sítios urbanos de Mucugê, Rio de Contas e Itaparica e por fim em 1981 a preservação de Santa Cruz Cabrália (Guia de Bens Tombados, IPHAN, 2009). Todos os sete sítios urbanos tombados pelo IPHAN nesses respectivos anos, na Bahia, foram inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sendo os sítios de Porto Seguro e Itaparica, inscritos no Livro Histórico e somente esse último do Livro de Belas Artes.

Um século depois da imagem da Chapada Diamantina ter sido construída por meio da historiografia do fim do século XIX, a região é redescoberta por seu patrimônio arquitetônico e natural. Como observou Albuquerque, “A região é produto das elaborações poéticas, literárias, pictóricas, teatrais, cinematográficas, midiáticas, escultóricas, icônicas, fotográficas, realizadas por aqueles que a tomaram como o objeto e o objetivo de suas práticas” (ALBUQUERQUE JR, 2005). Desse pressuposto, em função dos diferentes enunciados e lugares de produção, inicia-se o processo de reconstrução da imagem da Chapada Diamantina a partir da década de 1970 e a consequente ressignificação do passado, quando este passa a fazer parte do cotidiano dos moradores das cidades preservadas na região.

Em meio à pretensão do governo baiano para reconhecer a nível nacional o patrimônio encontrado em diversas cidades históricas do estado, ocorreu à reivindicação do reconhecimento do passado da Chapada Diamantina, por meio do seu patrimônio cultural. Para Alain Bourdin “as figuras da contemporaneidade da localidade são marcadas pelo patrimônio, quer ele sirva para resistir, para reivindicar ou para produzir algum sentido” (BOURDIN, 2001, p.120). Encontra-se na reivindicação do tombamento de Lençóis, a valorização do seu passado histórico, por ter sido considerada polo cultural e econômico nos oitocentos, durante o apogeu da atividade da extração do diamante no alto sertão baiano.

Considerando, ainda, que aquele que despreza seu passado não tem direito ao futuro pelo desamor nessa atitude manifesto; *Considerando, por fim, que o passado de Lençóis, através de sua história e de seus monumentos erigidos no mais puro estilo colonial, de par com suas paisagens miríficas e*

eternamente sugestivas, pode constituir fonte perene de riqueza através da exploração racional da Indústria Turística, resolve, e, resolvendo, dá seu integral e irrestrito apoio a esta plêiade de criaturas que visa só e exclusivamente o "bem-estar" de nosso povo e o futuro desta terra, que antevemos brilhante e promissor (Anais do II Encontro de Governadores, 1971, p. 291).

Nesse documento produzido por um grupo de intelectuais da região diamantina em favor da preservação de Lençóis, é possível perceber a valorização do passado da cidade como viabilidade para o desenvolvimento local através do turismo, na qual se encontrava nos casarões coloniais e paisagem regional de Lençóis o futuro para a melhoria da localidade e seus cidadãos. O documento assinala que o governo local teve a mesma postura que o governo baiano sobre a apropriação do patrimônio como viabilidade turística. Iniciava assim o reconhecimento da região pelo seu passado, por meio do patrimônio histórico<sup>7</sup>.

Haveria assim ocorrido uma convergência de interesse pelo patrimônio tanto por parte da autoridade municipal de Lençóis quanto pelo governo baiano na década de 1970, quando emergiu o discurso de preservação do patrimônio da Bahia. Paradoxalmente, em meio ao discurso do patrimônio baiano de ACM, o patrimônio de Lençóis e região foi reivindicado como um legado mineiro. Nesse sentido, a antiga Vila Comercial dos Lençóis encontrou um importante apoio local de intelectuais em favor de sua preservação.

No discurso desse grupo de intelectuais Lençóis era vista como uma herança cultural de Minas Gerais, especialmente de Diamantina (Antigo Tejuco). Posteriormente, percebeu-se que essa herança mineira poderia ser estendida para as demais cidades da Chapada Diamantina, como Mucugê e Igatu. Encontramos nesse grupo o antropólogo Ronaldo Senna, que contribuiu para a historiografia sobre a região, e Fernando Machado Leal do IPAC, que após suas pesquisas sobre o patrimônio da Chapada Diamantina escreveu um artigo sobre Lençóis publicado na Revista do IPHAN.

Para Ronaldo Senna e Walfrido Moraes a atividade mineradora motivou a migração de diversos grupos para a Chapada Diamantina, oriundos principalmente da região do Grão-Mol nas Minas Gerais e da zona do Recôncavo baiano, além dos grupos de origem africana. Todavia, o discurso dos intelectuais, em prol do tombamento de Lençóis no qual Ronaldo Senna fez parte, encontrou na tradição das famílias mineiras a cultura responsável pela edificação e formação sociocultural da vila oitocentista, sendo contrária aos estudos

---

<sup>7</sup> É importante ressaltar que a prefeitura de Lençóis já se mobilizava nesse sentido desde a década de 1960, quando em 1962 na administração do prefeito Olímpio Barbosa Filho foi criado o Conselho Municipal de Turismo Lençoense (CMTL), uma ação que teve como objetivo a manutenção do patrimônio histórico da cidade, assim como uma precursora iniciativa na organização do turismo na mesma.

produzidos sobre a região diamantina baiana, onde foi descrita sempre pelo seu pluralismo cultural, uma região de fronteira cultural entre as províncias da Bahia e Minas Gerais desde o século XVIII quando tem início a extração de ouro e criação de gado.

Apesar de reconhecerem a diversidade dos grupos que chegaram à região no período da riqueza do diamante nos Oitocentos, os responsáveis pelo pedido do tombamento de Lençóis justificavam a iniciativa por meio da valorização de uma dada tradição que sobrepôs às demais: a mineira. A “civilização do diamante” da Bahia foi percebida assim como herança de Minas Gerais, como uma continuidade cultural da mesma região que foi valorizada no IPHAN desde sua fundação.

Como acontece com todas as cidades antigas e tradicionais, Lençóis também tem seu passado histórico eivado de belíssimas páginas, originárias dos minérios explorados na região. *Todo rosário de formação histórica, cultural e religiosa está relacionado com a vida de mineração do "metal", como diziam os antigos exploradores vindos das diversas regiões e em número mais volumoso da província das Minas Gerais. Esta população exploradora trouxe-nos uma bagagem diversificada de luxo, grandeza, cultura, civilização e aventuras misturadas no bojo da opulência de costumes dos mais variados matizes de sabor colonial, tendo como contrapeso a beleza dos lundus, batuques, crenças rebuscadas de superstições que davam uma tonalidade coreográfica própria do negro escravo africano. Do quadro nasceu a base da civilização Paróquia de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê, grifo nosso) origem da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Lençóis (Anais do II Encontro de Governadores, 1971, p. 288-289).*

Vale ressaltar, que encontramos em duas décadas anteriores, no processo de tombamento dos monumentos isolados de Rio de Contas na Chapada Diamantina – os primeiros realizados pelo IPHAN na região no ano de 1951, seguindo o padrão de tombamentos das primeiras décadas de monumentos isolados – o reconhecimento da influência cultural mineira na região mineradora baiana. No referido relatório realizado pelo órgão federal sobre os cinco monumentos tombados na cidade fundada no ciclo da mineração do ouro no século XIX, Jair Brandão, técnico do IPHAN Regional – Bahia, e responsável pela pesquisa do tombamento dos referidos imóveis, expôs:

Minas do Rio de Contas sendo uma povoação que parou no século XIX, não é, pelo menos, no seu ponto de vista arquitetônico, uma cidade decadente. Está longe do aspecto de ruínas que nos apresenta Jaguaripe ou São Francisco de Conde. As ruas, sobretudo a de entrada pela rodagem, são calçadas pelas grandes lages, admiravelmente aparelhadas pela natureza, características da região. Zona de influência mineira, como em toda Chapada Diamantina, as casas de Rio de Contas já não apresentam nas suas portas e janelas o verde tão característico dos sobrados bahianos. Chegamos a raspar algumas portas, com a perfeita confirmação de que o azul é a côr secular na

terra (Processo de tombamento dos monumentos de Rio de Contas, IPHAN, 1951).

Foi também durante a década de 1970, que o governo baiano por meio do IPAC, a fim de lograr a preservação do patrimônio do estado, teve algumas iniciativas práticas para amparar suas reivindicações junto ao IPHAN. A mais significativa foi o início da realização do Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia, com recursos do PCH, que teve fim na década de 1980, realizado pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Cultural da Bahia (IPAC). O inventário elaborado pelo IPAC, teve como organizador o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo e foi publicado em seis volumes. Ele também foi o responsável, junto ao governo baiano, pelo pedido de tombamento de Mucugê, entre outras cidades baianas.

O nome de Paulo Ormino de Azevedo pode ser apontado como o técnico e intelectual protagonista na preservação dos sítios baianos na década de 1970. É possível perceber nas pesquisas de Paulo Ormino a influência de novos paradigmas sobre o patrimônio que estavam em questão na Europa nas décadas de 1960 e 1970, em razão de seus estudos realizados na Itália e em outros países europeus nesse período. Ele concluiu seu doutorado na área de conservação e restauro de monumento na *Università Degli Studi di Roma* na Itália. Após seu retorno a Salvador o governador Antonio Carlos Magalhães o convida para a realização do inventário do patrimônio de Salvador no início da década de 1970, o que acabou se estendendo para todo o estado por meio do IPAC.

O inventário realizado pelo IPAC foi considerado o único exemplo desse modelo no Brasil, pois não se restringia a cadastrar apenas os bens tombados. Sobre o referido inventário Paulo Ormino de Azevedo afirmou que esse inédito projeto “cadastrou mais de um milhão de edifícios de interesse cultural e quase duas dezenas de centros históricos”, e relata ainda que essa ação não se restringiu em registrar “apenas dos monumentos tombados, pelo contrário, (...) um momento de descobrimento das riquezas culturais que tem o estado da Bahia como o todo” (AZEVEDO, 1987, p. 84).

No quarto volume da obra, dedicado à Chapada Diamantina, se encontra na introdução, uma apresentação histórica e social da formação histórica da região, contextualizando os ciclos econômicos do ouro e do diamante. Vale destacar, que no inventário da Chapada Diamantina, os únicos sítios urbanos em que se realizou uma apresentação histórica, além de serem nomeados “Centros Históricos”, foram: Lençóis, Rio de Contas, Mucugê e a Vila de Igatu. Isto é, foram valorizados e reconhecidos em seu conjunto, especialmente as vilas que surgiram em função da atividade mineradora no século XIX.

No inventário encontramos o reconhecimento da Chapada Diamantina como “o prolongamento no Estado da Bahia do sistema orográfico do Espinhaço”, isto é, uma continuidade geográfica de Minas Gerais. O inventário também define a região como uma continuidade cultural do referido estado tal como a historiografia regional utilizada na sua execução. No que tange a arquitetura, diferentemente das cidades setecentistas e oitocentistas do litoral baiano, as Lavras Diamantinas apresentariam a predominância da influência da arquitetura mineira. Esse aspecto foi reconhecido como uma particularidade que justificaria o tombamento pelo IPHAN das três antigas vilas oitocentistas, a Vila Comercial dos Lençóis (Lençóis), Chique-Chique (Igatú) e Santa Isabel do Paraguassú (Mucugê). Sobre a arquitetura da Chapada Diamantina, em especial as Lavras Diamantinas, o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo ressaltou:

Na faixa de mineração de diamantes, isto é, na vertente oriental do planalto, colonizada em meados do século passado por garimpeiros, na maior parte originários da Comarca do Serro do Frio, o padrão arquitetônico é o mineiro: construções mais leves e coloridas, onde os vazios prevalecem sobre os cheios. A estrutura é geralmente em madeira, independente da vedação, que pode ser de pau-a-pique ou adobe. As construções mais antigas são térreas, semelhantes às das zonas auríferas. Os sobrados surgem logo a seguir e seus vãos já denotam influências ora do Neo-Clássico ora do Neo-Gótico, que ali se difundiu muito cedo. Em muitos edifícios, uma fachada apresenta portas e janelas com arcos plenos e a outra em arcos abatidos e apontados. Muito frequentes na região, são também os vãos em forma de mitra, uma simplificação do arco ogival, que são encontrados também em Minas Gerais, especialmente em Ouro Preto e Diamantina (AZEVEDO, 1980, Introdução).

Essa mesma comparação com as cidades mineiras, foi também realizada para a cidade de Goiás, antiga capital do estado goiano, como destacou Delgado: “no inventário, a qualificação e a designação dos bens a serem protegidos em Goiás tomou como referência o conjunto de valores atribuídos às cidades mineiras que, (...) foram paradigmáticas para a construção do Patrimônio Nacional” (DELGADO, 2005, p. 118). Sendo assim, no IPHAN, nas décadas de 1970 e 1980, as cidades originárias da mineração na Bahia, tal como ocorreu no estado de Goiás, partilhavam da mesma origem das cidades históricas mineiras, onde buscou dessa maneira uma dizibilidade a consequente visibilidade desses conjuntos urbanos a partir das cidades que foram símbolo do patrimônio arquitetônico brasileiro. Ainda segundo Delgado, “Goiás adquire visibilidade quando sua conformação urbana é aproximada (...) a outras “cidades históricas” já consagradas” (DELGADO, 2005, p. 118).

Argumento semelhante seria empregado para justificar o tombamento do conjunto arquitetônico de Rio de Contas. Nesse caso, o relatório do IPHAN enfatizou:

No minucioso estudo que preparou para justificar o tombamento da cidade de Rio de Contas, o arquiteto Fernando Machado Leal, depois de historiar como se deu a formação de vilas e povoados em consequência da mineração aurífera, ressalva o fato de que, a exemplo do ocorrido em Mato Grosso e Goiás, também foram poucos os estudos sobre como se desenvolveram, na Bahia, núcleos urbanos nascidos daquele ciclo mineiro. – se é verdade – afirma Fernando Leal – que em Minas Gerais se concentraram os núcleos urbanos mais desenvolvidos do ciclo mineiro, não se pode negar a importância dos povoados formados nas outras regiões auríferas (Boletim do IPHAN, 1980, p. 3).

Podemos encontrar nos estudos de tombamento de Lençóis e Mucugê a comparação com as cidades mineiras no que se refere ao seu patrimônio. Nos processos de tombamento dessas cidades o IPHAN notou “uma pouca expressividade estética de suas igrejas”, em detrimento ao suntuoso padrão mineiro de arquitetura religiosa. Sobre a arquitetura encontrada nas igrejas de Lençóis, os técnicos do IPHAN ressaltaram que “com relação à arquitetura religiosa, para onde convergiam os maiores esforços de embelezamento, muito pouco temos a dizer, (...) tal como hoje se apresenta, é de importância secundária”. Nessa mesma perspectiva, eles identificaram que em Mucugê “naturalmente não se encontram aí as grandes igrejas barrocas de Minas Gerais” (Boletim do IPHAN, 1980, p. 7). Dessa forma, as pesquisas para o tombamento das cidades Oitocentistas da Chapada Diamantina buscaram, a princípio, um padrão de igreja suntuosa como aquele encontrado nas cidades mineiras. Não encontrando, passou a se valorizar outros elementos de valor histórico e paisagístico.

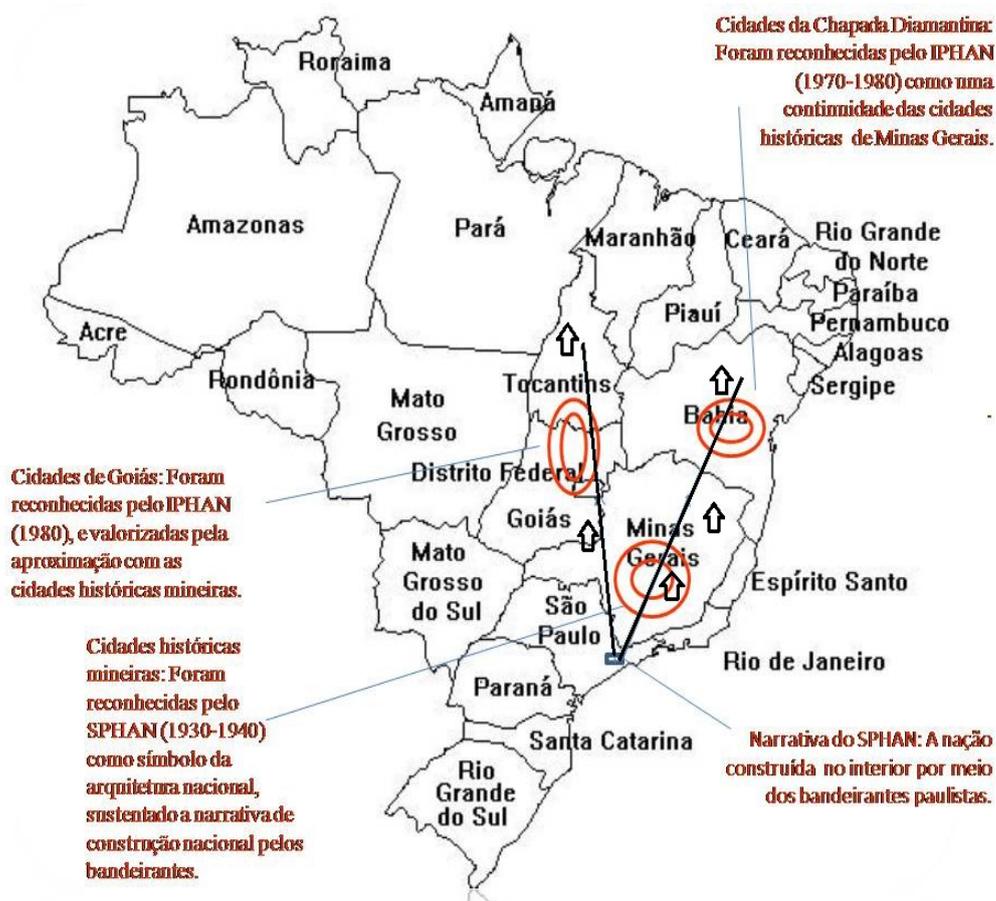
Paulo Ormino de Azevedo justificou no inventário sobre a região, a pouca expressividade das igrejas ali encontradas, confrontando as especificidades do contexto histórico do poder eclesiástico na região diamantina com o litoral baiano e as Minas Gerais, contudo reconheceu a influência arquitetônica de Minas nas igrejas da Chapada, como poderemos observar na continuidade do texto.

As construções religiosas da região são pobres, embora distintas das litorâneas. Durante o período colonial, a Coroa preocupada com o fato de muitos padres abandonarem seus deveres para irem às zonas de minerações e contrabandear ouro e diamantes através de suas Ordens, expediu sucessivas cartas régias, no primeiro quartel do século XVIII, mandando que os mesmos fossem expulsos das Lavras. Os edifícios religiosos da região são em geral igrejas de paróquias, capelas seculares e de confrarias. Na Bahia, ao contrário do que ocorreu em Minas Gerais, o rompimento com a tradição monástica não significou uma renovação da arquitetura religiosa, senão seu empobrecimento. (...) Um dois tipos mais curiosos de templos da região são

as igrejas de três naves, iniciadas, mas não concluídas, durante o ciclo diamantífero, como: a Igreja de Santana, de Rio de Contas; Matriz de Santa Isabel, em Mucugê; e Igreja Nova, de Palmas de Monte Alto. A primeira possui nave principal e capela-mor separadas das naves secundárias e sacristias por arcarias, enquanto as duas últimas adotaram o sistema arquitravado, em lugar do arqueado. Embora tenham surgido igrejas de três naves durante o século XIX em outras partes do país, especialmente no Rio de Janeiro, é provável que os templos lavristas tenham se inspirado em algumas igrejas mineiras da primeira metade do século anterior, como as Matrizes de Sabará e Mariana e a Capela do Rosário de S. Rita Durão, esta última da segunda metade do século (AZEVEDO, 1980, Introdução).

Nesse interim, é possível concluir que desde principio do século XX, com os primeiros ensaios sobre o patrimônio nacional, vem ocorrendo à consolidação de uma narrativa mestra que reconhece a interiorização do Brasil o processo formador de nossa identidade nacional. Dessa forma, essa narrativa vem sendo empregada e ressignificada desde então, onde, nesse processo, as cidades mineiras se beneficiaram da narrativa de continuidade pelos bandeirantes, assim como a Bahia com a Chapada Diamantina e Goiás buscou a valorização pela aproximação com as cidades mineiras. Esse processo pode ser observado no mapa abaixo:

**Imagem 01:** Mapa da patrimonialização do interior brasileiro.



**Fonte:** Mapa realizado pelo autor desse estudo.

Ao fim do II Encontro dos Governadores de Salvador, recomendou-se a “inscrição, como monumento de valor cultural, do acervo urbano de Lençóis, Bahia” (Compromisso de Salvador, 1971, p. 4). Nos anos seguintes, tem início as pesquisas e inscrições dos processos de tombamento de demais sítios urbanos da Chapada Diamantina, e em caráter de urgência, Rio de Contas e Mucugê foram tombados pelo IPHAN, em 1980.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio, adotado aqui como vestígios materiais que mediam a relação entre o passado e o presente, é responsável por construir a memória, o sentido de identidade nacional, regional e também local. Desse modo, analisar a construção do passado nacional, por meio

dos discursos regionais no Brasil, nos pareceu fundamental para a compreensão dos deslocamentos da política patrimonial brasileira, tomando o valor histórico e artístico atribuídos ao patrimônio como historicamente construídos, por aqueles que se debruçaram em prol da busca dos vestígios materiais da Chapada Diamantina que representariam o passado da arquitetura nacional e a formação da identidade cultural brasileira.

Partindo deste pressuposto, nos deparamos com as estratégias políticas do governo da Bahia, na década de 1970, para se fazer reconhecer o patrimônio cultural existente nas fronteiras baianas. A Chapada Diamantina, em especial, foi reconhecida pelo discurso comparativo, isto é, como herança cultural das cidades históricas de Minas Gerais, visto que os vestígios materiais do passado localizados nos limites fronteiriços deste estado foram eleitos como símbolo da identidade nacional e o símbolo arquitetônico e urbano de cidades preservadas pelo IPHAN.

Nesse sentido, o discurso patrimonial além de paradoxal, como apresentamos, se mostra homogeneizador, produzindo muitas vezes uma determinada representação exclusiva de uma nação, estado ou região, preterindo demais processos socioculturais. O discurso patrimonial, muitas vezes, busca fundamentar-se em narrativas impregnadas de regionalismos que surgiram com o intuito de resgatar origens, raízes, tradições e costumes históricos de determinados grupos existentes nesses espaços. Desta maneira, intentamos elucidar algumas considerações sobre o processo de reconhecimento do patrimônio cultural da Chapada Diamantina, demonstrando que qualquer olhar sobre o passado, como a escrita sobre do patrimônio, é um constructo político e social (CERTEAU, 2010).

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. 2. ed. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1979.

AGUIAR, Itamar; SENNA, Ronaldo. Jarê: instalação africana na Chapada Diamantina. *Revista Afro-Ásia*, n. 13, p.75-85, 1980.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 1. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 1999.

\_\_\_\_\_. O objeto em fuga: Algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e Libertos nas Minas do Rio de Contas: Bahia, Século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2012.

AZEVEDO, Paulo Ormino. *Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil*. Estado e sociedade na preservação do patrimônio (Col. Arquimemória v. 2), p.19-55, 2013.

\_\_\_\_\_. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p.82-85, 1987.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP & A Ed, 2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.23, p.95-115, 1994.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Memória e Patrimônio: diversidade e identidades. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 7-16, 2010.

CATHARINO, José Martins. *Garimpo, garimpeiro, garimpagem: Chapada Diamantina*. Bahia: Ed. Philobiblion, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COSTA, Ivoneide de França. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina nos desenhos de Teodoro Sampaio*. Dissertação de mestrado em Ensino, Filosofia e História das ciências; UFBA/UEFS– Feira de Santana, Salvador, 2007.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “patrimônio da humanidade”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan/jun 2005.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil*. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2011.

GARCHET, Helena B. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os Guardiões da Razão: Modernistas Mineiros*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

GOMES, Josildete. Povoamento da Chapada Diamantina. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n.77, 1952. Salvador, Bahia.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005.

\_\_\_\_\_. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais. *Revista Estudos Históricos*. 1988/2.

\_\_\_\_\_. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII*. Tese de História (UFMG, 30 de Novembro, 2009).

MAIA, Tatiana do Amaral. O patrimônio como expressão da nacionalidade: a função do Estado no setor cultural. *Políticas Culturais em Revista*, 1(1), p. 88-103, 2008.

\_\_\_\_\_. “Cardeais da cultura nacional”: o conselho federal de cultura e o papel civil militar, (1967-1975), Tese de Doutorado em História, 2010, UFRJ.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o Iphan. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Os primeiros Descobrimentos de diamantes no Estado da Bahia*. Revista do IGHB, Bahia(31), p.142-151, 1905.

PEREIRA, Carla. *Continuidade ou mudança? Análise comparativa entre os governos de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995*. Salvador, 2007, Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2000.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos* 1992/10.

ROSA, Dora Leal. *O mandonismo na Chapada Diamantina*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. ACM: poder, mídia e política. *Comunicação&política*, n.s., v.VIII, n.2, p.107-149.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 1991.

SAMPAIO, Teodoro, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador: Progresso, 2002.

SANT’ANNA, Márcia. *Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento. A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, dezembro de 1995.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SENNA, Ronaldo, *Jaré: uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*. Bahia: Ed. UEFS, 1998.

## FONTES

Anais do II Encontro de Governadores; Salvador, Bahia 1971. Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Boletins do IPHAN (Centro Nacional de Referência Cultural, Programas Cidades Históricas) de 1978 a 1989.

Cartas Patrimoniais (IPHAN)

Entrevista com Paulo Ormino de Azevedo, realizado em Salvador, Bahia, 2/2/2012 pelo autor desse estudo, Carolino Marcelo de Sousa Brito.

Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. Salvador, 1980. 395 p. il. Convênio SPHAN; Momentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. Bahia, Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA, não paginado.

LEAL, Fernando Machado. A Antiga Comercial Vila dos Lençóis, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.18, p. 119-120. 1978.

Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938 – 2009.

Processo de tombamento dos conjuntos arquitetônicos de Mucugê (1978-1980), Lençóis (1971-1973) e Rio de Contas (1973-1980), IPHAN-Regional Bahia.

Processo de tombamento dos monumentos: Casa à Rua Barão de Macaúbas; Antiga Casa de Câmara e Cadeia, na Praça Senador Tanajura (atual Fórum); Casa natal de Abílio César Borges, à Rua Barão de Macaúbas; Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento; Ruínas da Igreja de Sant'Ana. Livro Histórico, 1951, IPHAN-Regional Bahia.